

Gestão de documentos de arquivo na Administração Central: percurso e desafios num contexto de mudança

O presente artigo procura contribuir para a definição da situação e dos desafios que se colocam actualmente aos arquivos da Administração Pública (AP), ao nível central, em Portugal, sobretudo ao nível da gestão de documentos em fase activa e semiactiva¹. Para o efeito, começamos por traçar o percurso realizado nesta área pelos organismos da AP, pelos profissionais da informação e pelos sucessivos órgãos de coordenação das políticas nacionais de arquivo, apoiados por um balanço da produção científica sobre o tema. Apresentamos depois, com algum pormenor, os indicadores do último diagnóstico aos arquivos intermédios da Administração Central para analisarmos como poderemos superar os problemas actuais, num contexto de reforma da Administração Pública portuguesa, procurando compreender os desafios que se lhe colocam do ponto de vista da melhoria da gestão da informação de arquivo, para responder de modo mais eficaz às necessidades dos cidadãos, das comunidades, das empresas e do próprio Estado.

1. Percurso: estado actual dos conhecimentos

1.1 – Abordagens qualitativas

Desde a década de 1990 que diversos autores têm abordado o percurso e a situação no domínio da gestão de documentos de arquivo na Administração Pública do país. O primeiro foi efectuado em 1992 por Madalena Garcia e Isabel Teixeira Bastos, num artigo publicado na revista da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). As suas autoras centravam a abordagem sobretudo nos processos de avaliação documental e na sua coordenação técnica por parte do Estado, apontando três fases, até então, para o seu desenvolvimento. A primeira, entre 1986 e 1988, foi caracterizada pela acção do grupo de pré-arquivagem da Comissão de Reforma e Reestruturação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e pelas suas respostas pontuais a pedidos de avaliação de diversos conjuntos de documentação acumulada em situação de risco e pela preparação da sua integração no

¹ Defendemos uma perspectiva de gestão integrada de arquivos e usamos alguns dos conceitos-chave propostos pela Arquivística quebequense, na linha de Rousseau e Couture 1994.

referido arquivo. A segunda fase, entre 1988 e 1990, sob a responsabilidade do recém criado Instituto Português de Arquivos (IPA), órgão de coordenação da política nacional de arquivos, dependente do Ministério da Cultura (MC), ficou marcado pela publicação do Decreto-Lei 447/88, de 10 de Dezembro, ainda em vigor, que obrigou os organismos da AP à elaboração de portarias de gestão de documentos com tabela de selecção, sempre que pretendiam eliminar documentação produzida e arquivada no contexto das suas actividades. Estas portarias deviam ter a aprovação do MC, ao contrário do que sucedia desde 1972 até então, em que era suficiente a autorização da eliminação pelo respectivo ministério da tutela dos organismos. Neste contexto, as intervenções do IPA centraram-se no apoio técnico para aplicação do diploma na AP, procurando garantir a salvaguarda da documentação de conservação permanente e, conseqüentemente, a memória institucional e colectiva. Para o efeito, o Instituto desenvolveu instrumentos teóricos e metodológicos e enviou as suas equipas de arquivistas para o terreno, dado que a AP não possuía recursos humanos especializados. Para as autoras, a 3.ª fase teria ocorrido entre 1990 e 1992, caracterizada pela redução de efectivos do Instituto, que teria obrigado a uma maior aposta na formação arquivística dos recursos humanos existentes na AP e a uma focagem do IPA nas actividades de concepção e coordenação dos trabalhos de avaliação então em curso, que dariam origem ao Decreto-Lei 121/92, que promovia a elaboração de uma tabela de selecção da documentação relativa às funções meio, cujos trabalhos entretanto se iniciaram. Poderemos hoje acrescentar que estas iniciativas foram complementadas com um esforço de procura de informação sobre a situação concreta dos arquivos dos organismos, tendo-se desenrolado os primeiros diagnósticos em várias direcções-gerais e entidades equiparadas, na região de Lisboa, que permitiram apurar a existência de 76,281 m.l. de documentação por avaliar. Esta fase seria caracterizada ainda pela recusa do Arquivo Nacional em proceder às incorporações da documentação considerada de conservação permanente, na sequência dos processos de avaliação conduzidos pelo Instituto (Bastos y Garcia, 1992). Para ultrapassar este tipo de divergências, seria criado, em 1992, os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT), entidade na qual foram fundidas as competências dos dois organismos referidos.

Um segundo estudo sobre o tema, com um novo ponto de situação, foi realizado em 1998, numa comunicação apresentado pela equipa da Divisão de Arquivos Intermediários (DAI) do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), que

sucederia aos AN/TT em 1997. Segundo este estudo, teria sido apenas cerca de 1995 que os Arquivos Nacionais, "no contexto de uma forte pressão política, a poucos meses de eleições", teria destacado um único técnico para começar a dar respostas pontuais aos diversos pedidos de publicação de portarias de gestão de documentos”, pelo que o período entre 1992 e 1996 se tinha destacado por uma estagnação ou redução do apoio do Estado aos organismos da AP, no domínio da avaliação e da gestão de documentos. Na comunicação era apresentada a preocupação do novo Instituto, expressa na sua lei orgânica², em “incentivar e apoiar os serviços de origem na implantação de sistemas de gestão de documentos, definindo directivas técnicas, colaborando na sua aplicação e fiscalizando o seu cumprimento”. Para o efeito, a DAI centrava a sua acção sobre os pedidos de ajuda técnica para a elaboração de portarias de gestão de documentos e a avaliação de documentação acumulada, relativa a organismos extintos ou a extinguir, bem como sobre as incorporações a realizar na Torre do Tombo, incluindo algumas das que se arrastavam desde o tempo do IPA. Por outro lado, promovia a formação especializada, tendo vindo a Portugal, por sua proposta, grandes personalidades internacionais, como Carol Couture, representante da arquivística integrada quebequense, que influenciaria decisivamente a produção de instrumentos metodológicos orientadores da gestão de documentos no país, entretanto publicados pelo IAN/TT (a exemplo do seu “Manual para a gestão de documentos”) (Lima et al., 1998).

O terceiro estudo que aborda o percurso a que nos reportamos foi realizado na viragem do milénio, no âmbito de uma exposição que procurava situar a posição do órgão de coordenação da política nacional de arquivos nesse contexto. Os seus autores traçaram então um retrato baseado nos dados disponíveis e no seu conhecimento da situação, fruto da sua observação e do seu acompanhamento dos organismos da AP. Entre vários aspectos, realçaram o trabalho desenvolvido pela equipa do IAN/TT no sentido de se retomar, em colaboração com o Ministério das Finanças, a tabela de selecção da documentação das funções-meio, paralisada desde a extinção do IPA, e a intensificação das acções de formação sobre a elaboração e aplicação de portarias de gestão de documentos, para organismos da Administração Pública central, regional e local. Referiam ainda o apoio à avaliação e incorporação de grandes conjuntos de documentação para a Torre do Tombo (casos do ex-Secretariado Nacional de

² Apesar desta se encontrar ainda em vigor, é previsível que sofra alterações em 2006.

Informação do Estado Novo e da ex-Empresa pública para a Agroalimentação e Cereais). No balanço que efectuavam sobre o trabalho do IAN/TT, realçava-se a intensificação do número de portarias e tabelas de selecção publicados nos últimos anos, entre as quais se incluíam quatro de aplicação conjunta em organismos do mesmo tipo - tribunais judiciais, governos civis, hospitais e serviços de saúde. Davam ainda conta da preparação de uma outra, em preparação, destinada a câmaras municipais, sector onde era necessário intensificar o acompanhamento do Instituto (Cunha, Fidalgo y Penteado, 2000).

O quarto estudo sobre o tema desenvolvido nesta fase foi apresentado por nós no III Colóquio Internacional de Ciencias de la Documentación, em Salamanca, em Outubro de 2002. Nele salientávamos o papel secundário da avaliação e da gestão documental na Administração Central portuguesa, fruto da pouca sensibilidade dos dirigentes “hacia la correcta gestión de la información archivística”, o número reduzido de serviços orgânicos de arquivo nos organismos, a falta de recursos humanos qualificados no sector e a consequentes dificuldades em controlar o crescimento exponencial da documentação. Apresentamos ainda, em detalhe, o processo utilizado pelo IAN/TT para a elaboração das portarias de gestão de documentos no país, bem como a nova proposta metodológica de avaliação de documentos, enquadrada num outro paradigma, da autoria de académicos da Universidade do Porto e que tinha sido ensaiada na sua Reitoria. A comunicação concluía pelos escassos resultados no domínio da avaliação, dado que “la mayoría de las direcciones generales y organismos equivalentes no disponían de una tabla de selección aprobada”, e que era “necesario, también, tener en cuenta, que entre aquellas que sí disponen de este instrumento archivístico, algunas no lo aplican y otras no lo hacen adecuadamente y todo esto sin que el IAN/TT tenga capacidad de ejercer acciones de control o fiscalización” alargadas (Penteado, 2003, 272).

1.2 – O diagnóstico aos arquivos intermédios

Apenas em 2004 foi possível ultrapassar as abordagens qualitativas do panorama da gestão de documentos na Administração Pública portuguesa, através da publicação de resultados rigorosos provenientes do diagnóstico efectuado aos seus arquivos intermédios, da responsabilidade do IAN/TT e do Observatório das Actividades Culturais. O estudo então produzido sintetizou os dados recolhidos em 362 organismos, num universo de 645, nomeadamente junto de direcções gerais ou entidades

equiparadas, de organismos autónomos e institutos públicos, de organismos desconcentrados até ao nível regional/distrital e de serviços dos ministérios que possuíam jurisdição nacional, abrangendo o território de Portugal continental e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira. As conclusões do diagnóstico eram preocupantes, em diversos domínios.

No que diz respeito a serviços de arquivo, verificou-se que em 47 % dos organismos respondentes a função de arquivo não estava consignada na respectiva lei orgânica e, quando estava, encontra-se frequentemente integrada em outros serviços. Em 87% dos casos registados, estas leis não se referiam sequer à existência ou utilização de arquivos intermédios e, como tal, não atribuíam responsabilidades neste domínio. Por outro lado, 29% dos organismos respondentes não possuía mesmo qualquer serviço vocacionado para a comunicação interna e externa de documentos, incluindo bibliotecas e centros de documentação, que em muitos casos apurados, permitiram suprir esta carência. Por fim, constava-se que 18% das entidades tinham arquivo histórico.

Quanto aos recursos disponíveis para o exercício de funções arquivísticas, apenas 6% dos organismos tinham uma rubrica específica para os arquivos no seu orçamento anual. O Diagnóstico confirmava também o que já se sentia relativamente à carência de funcionários com conhecimentos especializadas: 57 arquivistas de nível superior e 33 técnicos profissionais de arquivo em toda a AP.

No que dizia respeito aos sistemas de gestão documental, constatava-se que os organismos que efectuavam a sua actividade sem qualquer enquadramento legal (52%), apesar de possuírem grandes quantidades de documentação, eram os que menos realizavam operações de gestão de documentos. A maioria das entidades (60%) não possuía, em 2001, ano a que o Diagnóstico se reportava, nenhum software neste domínio, nomeadamente para o registo de entrada e saída de correspondência, em arquivo corrente. Apenas 14 dos 25% de entidades que possuíam esta ferramenta estavam apetrechados com a possibilidade de digitalizar documentos para acesso mais rápido à informação de arquivo. Por outro lado, o estudo confirmava que apenas uma percentagem diminuta de organismos utilizavam planos de classificação (4% de 161). Quase metade das entidades (47%) não possuía inventário da documentação existente em arquivo. Por fim, constatava-se que apenas 11% dos organismos tinha tabela de

selecção oficialmente aprovada e publicada, de acordo com o Decreto-Lei 447/88. Estes organismos apresentavam índices de realização de operações de gestão documental superiores aos restantes, nomeadamente no que diz respeito ao encaminhamento de documentação em fase semiactiva para depósitos especializados. Na realidade, apenas 63 % realizavam transferências deste tipo, envolvendo a totalidade ou parte do seu acervo. Em consequência, em 37% dos casos, a documentação não era encaminhada, ficando junto da unidade orgânica produtora. As remessas para Arquivo intermédio, em mais de metade dos organismos, efectuavam-se com uma periodicidade igual ou inferior a um ano, mas em 58% dos casos não eram acompanhadas de qualquer guia de remessa ou instrumento similar. Quanto à documentação de conservação permanente, o seu destino final era, para 74% dos organismos, a permanência nos respectivos depósitos de arquivo intermédio. Apenas 14% transferia a documentação para o respectivo arquivo definitivo e só em 6% dos casos os acervos iam para o arquivo histórico do respectivo ministério da tutela. Apenas 3% das instituições inquiridas, provenientes de 5 ministérios, remetiam a documentação com interesse histórico para o IAN/TT.

O Diagnóstico permitia ainda conhecer o estado dos depósitos de arquivo intermédio da AP. Foram então identificados 758, nos quais se guardavam mais de 681,000 m.l. de documentação, a maior parte da qual por identificar e avaliar. Do conjunto dos depósitos recenseados, apenas 27% possuía documentos exclusivamente em fase semiactiva. 479,146 m.l. de documentação (60%) encontram-se em depósitos situados na região de Lisboa. No seu concelho, estavam 83% dos casos anteriormente indicados, boa parte deles na cidade capital, próximo dos organismos recenseados, ocupando espaço de elevado custo para o Estado. A relação de depósitos por organismo era de 2/1, existindo situações de 4 ministérios que tinham documentação dispersa em mais de 80 depósitos. Os ministérios com mais documentação em arquivo intermédio, por avaliar, eram o Ministério da Administração Interna (c.178,1 km); o Ministério das Obras Públicas (123,4 km) e o Ministério das Finanças (95,8 km). A capacidade dos depósitos existentes era de 748 km, tendo-se constatado que a parte ocupada com documentação era já de 81%. Apesar da maioria dos organismos inquiridos ter considerado que a documentação se encontrava em estado de conservação razoável, a verdade é que raramente foram identificados equipamentos de controlo ambiental e que 41% dos depósitos nem sequer tinham responsável pela implementação e acompanhamento das condições de preservação dos acervos.

No conjunto dos acervos existentes, foram identificados 257 fundos documentais, 34 dos quais com documentação dos séculos XVIII-XIX, a maior parte seguramente do século XX, produzida após 1970. Embora a maioria se apresentasse em suporte papel, 14% dos depósitos tinha à sua guarda documentos em suporte electrónico. Quanto ao acesso, a maior parte dos depósitos (80%) não possuía regulamento geral ou específico para o efeito, sendo o acesso resolvido casuisticamente. Em 2001, 43% dos depósitos não tinham tido solicitações de documentos para consulta. A maior parte dos pedidos tinham sido realizados pelos serviços produtores (74%) e uma pequena percentagem por pesquisadores (5%), confirmando a ideia que estes arquivos praticamente não estavam acessíveis à investigação (Santos y Pereira, 2003).

2. Desafios em torno da gestão de documentos de arquivo

Os dados apresentados no Diagnóstico permitem concluir que, pelo menos, ao nível central, nos organismos da Administração Pública, a maior parte dos sistemas de arquivo se encontram privados de elementos básicos de gestão de documentos - plano de classificação adequado, tabela de selecção, inventários de documentos, transferências e instrumentos de controlo, etc³, para não falarmos de outros aspectos, como a falta de definição do momento e do modo de integração dos documentos no sistema, a ausência de meta-informação ou de medidas de preservação digital, para o caso dos documentos electrónicos, etc (Barbedo; Fidalgo y Penteado, 2005).

Perante o cenário sombrio que representa a situação dos arquivos da AP, ao nível central, somos levados a interrogarmo-nos que medidas devem ser tomadas em consideração para alterar o panorama actual e quais os principais desafios se colocam aos organismos públicos e ao próprio IAN/TT. A maior parte dos estudos que referimos no ponto 2.1 foram acompanhados de propostas de medidas legislativas, políticas, financeiras e arquivísticas de superação dos problemas identificados. Algumas mantêm a sua pertinência. Outras devem ser reajustadas, no actual contexto de reforma da

³ Faltam-nos dados actualizados e sistemáticos sobre a situação dos arquivos ao nível local e regional. Cf., contudo, para o caso da Madeira, Barros 1999, onde o panorama não era muito distinto do continental. Nesse estudo, conclui-se que 31 entidades da Administração Central delegada tinham mais documentação em depósito (6430 m.l.) que as 109 pertencentes à Administração Regional autónoma (5736 m.l.), criada a partir de 1974, com um crescimento anual três vezes mais pequeno em relação às primeiras. Contudo, nenhum organismo da Administração Regional possuía pessoal dedicado em exclusividade aos arquivos e em 50 dos 144 organismos analisados precedia-se à eliminação de documentos por iniciativa particular ou despachos/circulares internas dos serviços, sendo poucos que conservavam uma memória da informação eliminada, bem como os que elaboravam guia de remessa do que enviavam para depósito. Os Decretos Legislativos Regionais 26/99/M, de 27 de Agosto e 17/2001/M, de 29 de Junho vieram contribuir para a alteração da situação descrita.

Administração Pública, fundamental para tornar mais eficazes os serviços prestados pelo Estado, aumentar a competitividade da Economia e garantir a sustentabilidade das Finanças Públicas.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros 53/2004, de 21 de Abril, (cf. <http://www.min-financas.pt/v30/Documentos/53-2004.pdf>), a reforma deve assentar na implementação da gestão por objectivos, com indicadores de desempenho devidamente documentados sobre a actividade desenvolvida; na reorganização e flexibilização da estrutura dos seus organismos; na racionalização e partilha de serviços comuns nas secretarias-gerais dos ministérios, nomeadamente no domínio da gestão da informação; na cooperação entre serviços; na simplificação e melhoria dos principais processos de trabalho e na desburocratização; na maior transparência da acção dos organismos; no aperfeiçoamento e integração dos sistemas de informação de base tecnológica; na construção de repositórios de conhecimento da AP; na aposta no governo electrónico como meio de aumentar a qualidade dos serviços prestados e numa aumento de competências dos trabalhadores e outros agentes envolvidos na mudança.

As grandes linhas da reforma que enunciámos constituem, pois, oportunidades para solucionar alguns dos problemas arquivísticos existentes, devendo ser exploradas como tal. Entre os desafios que, na nossa perspectiva, se colocam, destacamos:

a) a necessidade de aumentar o nível de consciência dos dirigentes da AP que a reestruturação do sector passa pelos arquivos e pela sua adequada integração nos sistemas de informação, através de iniciativas conjuntas do IAN/TT com os organismos de coordenação da reforma e de formação sectorial (UCMA – Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa, UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, INA - Instituto Nacional de Administração, etc);

b) a revisão do quadro legislativo em vigor, no sentido de uma maior integração de diplomas e de obrigar os organismos à adopção de sistemas de gestão de documentos e de instrumentos arquivísticos básicos que possam assegurar, entre outros, a rapidez, eficácia e transparência das actividades desenvolvidas (como o registo, plano de classificação, tabela de selecção, etc), à semelhança do que foi feito noutros países, com sucesso, como por exemplo no Canadá;

c) a implementação de serviços de arquivo junto das secretarias-gerais dos ministérios, com quadros de pessoal em que se incluam arquivistas qualificados, que possam implementar políticas de gestão de documentos de arquivo, com o apoio do IAN/TT. Na perspectiva da actual Direcção do Instituto, estes serviços deveriam possuir, entre outras, competências ao nível da custódia de documentos em fase semiactiva e inactiva de conservação permanente, permitindo assim romper o modelo centralizado de guarda dos documentos com interesse histórico-cultural na Torre do Tombo e nos arquivos da rede do Instituto, no qual assenta o Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de Março, de aplicação problemática⁴. Para o efeito, é fundamental criar linhas de apoio aos arquivos da AP central que impliquem a adopção de medidas de gestão integrada da informação arquivística e o financiamento de infra-estruturas, como já sucede ao nível local⁵, criando assim um maior estímulo ao envolvimento dos organismos e dos seus responsáveis na gestão de todo o ciclo de vida dos documentos.

e) a promoção, com a ajuda do IAN/TT, da qualidade dos arquivos e da sua informação, enquanto recurso fundamental para apoio à decisão e à actividade organizacional. Esta passa, entre outros, pela implementação de requisitos de natureza arquivística na concepção e administração dos sistemas informáticos que suportam a modernização da AP, como meio para tornar mais eficientes as relações com os cidadãos, as comunidades e as empresas. São estes requisitos, presentes na gestão de documentos de arquivo, que permitem à Administração fornecer e preservar a prova das actividades desenvolvidas, proteger os seus interesses e os direitos dos cidadãos, bem como conservar a memória institucional a longo prazo. De entre as medidas que devem ser adoptadas pelos organismos, a este nível, contam-se a implementação da NP-4438:1-2 (tradução da ISO 15489:1-2, em que o IAN/TT esteve envolvido), a aplicação, nos casos em que se justifique, da Especificação MoReq (Modelo de requisitos para a gestão de documentos de arquivo electrónicos), traduzida para português e disponível no site web do Instituto, a elaboração e aplicação dos relatórios de avaliação sobre massas documentais acumuladas, bem como das tabelas de selecção, incluindo a das funções-meio, trabalho em que o IAN/TT está empenhado e que será finalmente disponibilizado ao público este ano, etc.

⁴ Sobre esta e outras propostas dos responsáveis do IAN/TT, cf. “Para uma reorientação da política de salvaguarda e valorização do património arquivístico do sector público (Documento entregue à Senhora Ministra da Cultura em 27.09.2005)”.

⁵ Cf. o artigo de Peixoto, neste número.

f) o aumento das oportunidades de formações e de publicação de obras especializadas no domínio da gestão de documentos, numa aposta em conteúdos actualizados, conforme tem sido a opção do IAN/TT, que ainda recentemente publicou o livro "Documentos de Arquivo Electrónicos: Manual para Arquivistas", tradução da versão inglesa produzida pelo International Council on Archives.

g) o aumento da capacidade de assessorias do Instituto dos Arquivos Nacionais, em particular no domínio da gestão de documentos de arquivo electrónicos, através do reforço do seu Gabinete de Estudos de Arquivos Correntes., reactivado em 2005.

h) a realização de estudos de soluções de preservação a longo prazo dos arquivos digitais, com vista à definição de uma política e de um modelo de constituição de uma memória electrónica dos organismos da AP;

i) a implementação de medidas de auditoria e inspecção dos sistemas de arquivo que estimulem a melhoria contínua do seu funcionamento.

Actualmente o IAN/TT encontra-se a trabalhar sobre a maior parte dos pontos críticos para a mudança do panorama da gestão dos documentos de arquivo em Portugal, nos próximos anos. Contudo, só um esforço conjunto deste Instituto e dos organismos da Administração Pública pode fazer com que os resultados a alcançar nas próximas duas décadas sejam bem mais amplos do que os escassos progressos que realizámos nos últimos anos. E este é, talvez, o desafio mais difícil, mas mais estimulante, em que todos nos devemos empenhar. Para vencer.

Bibliografia

BARBEDO, Francisco; FIDALGO, Maria J.; PENTEADO, Pedro. 2005. Gestão de documentos e preservação da memória organizacional a longo prazo: os arquivos nos sistemas de informação da Administração Pública. *3.º Congresso Nacional da Administração Pública*. [Recurso electrónico]. Actas. Oeiras: INA.

BARROS, Fátima. 1999. Sumário do relatório final do inquérito aos arquivos públicos na RAM [Região Autónoma da Madeira]. *Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Regional da Madeira*. Vol. XXII, 447-449.

BASTOS, Isabel T.; GARCIA, Madalena. 1992. A gestão de documentos. Balanço e perspectivas. *Cadernos BAD*. N. 2, 93-106.

CUNHA, Margarida B.; FIDALGO, Maria J.; PENTEADO., Pedro. 2000. A gestão de documentos na Torre do Tombo. In: FARINHA, Maria do Carmo Dias et. al. (coord.). *A Torre do Tombo na viragem do milénio*. Lisboa: IAN/TT. 127-130.

LIMA, Maria João Pires de et al. 1998. Gerir documentos em Portugal: Como e para quê ? *Arquivos & Administração*. N. 1, 2, 81-95.

PENTEADO, Pedro. 2003. La valoración de documentos en Portugal: problemas y metodología. *Tabula*. N. 6, 263-274.

ROUSSEAU, Jean-Yves; CAROL COUTURE. 1994. *Les fondements de la discipline archivistique*. Québec : PUQ, 1994 (Tradução portuguesa - coord. PENTEADO, Pedro. 1998. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: D. Quixote).

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos; PEREIRA, Miriam Halpern (coord). 2003. *Diagnóstico aos arquivos intermédios da Administração Central*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais; Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Pedro Penteado. Director de Serviços de Arquivística do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Docente do Curso de Especialização em Ciências da Informação e da Documentação da Universidade Nova de Lisboa.